

Violence as the founding myth of Mozambique

Arcénio Fracisco
Cuco¹

Pascoal Muibo²

¹ Doutor em Ciência Política pela UFRGS, Professor na Universidade Rovuma-Moçambique. Contato: arcuco@yahoo.com

² Doutor em Ciência Política pela Otto von Guericke University Magdeburg, Professor na Universidade Rovuma-Moçambique. Contato: p.muibo@gmail.com



**A violência
como o mito
fundador de
Moçambique**

Resumo:

A história contemporânea de Moçambique confunde-se com violência. Neste texto procuramos analisar essa violência que tem sido o denominador comum no país. O nosso objetivo é tentar traçar uma ideia de uma democracia que, nos parece, pode dar certo para Moçambique e quiçá reduzir os níveis de violência que caracterizam o país. Nisso, partimos de análise bibliográfica e da observação do nosso dia a dia da política no país. Buscamos defender a ideia de que, embora a construção do ideário de paz, a partir do AGP de 1992, seja anterior a constituição das instituições democráticas, é o fortalecimento das instituições democráticas e seu reconhecimento pelos partidos políticos que pode garantir a manutenção dessa paz.

Palavras-chave: AGP; democracia; Frelimo, Renamo; violência

Abstract:

The contemporary history of Mozambique is confounded with violence. This article seek to analyze violence that is being the common denominator in Mozambique. Our objective is to try to draw an idea of a democracy that we think may work for Mozambique and perhaps reduce the levels of violence that characterize Mozambique. In this, we start from the bibliographical analysis and the observation of our day-to-day politics in the country. We seek to defend that, although the construction of the idea of peace from the 1992 GPA predates the constitution of democratic institutions, it is the strengthening of democratic institutions and their recognition by political parties that can guarantee the maintenance of peace.

Keywords: GPA; democracy; Frelimo; Renamo; violence.

Considerações iniciais

143

A história contemporânea de Moçambique confunde-se com violência³. Antes mesmo da ocupação efetiva do país pelos colonizadores, aconteceram as guerras de resistência contra a ocupação colonial. Depois, o próprio processo de colonização que inicia no final do século XIX que não disfarçou a sua crueldade. Seguiu-se um período de dez anos de luta de libertação de Moçambique dirigida pela FRELIMO (Frente de Libertação Moçambique) – Movimento Revolucionário que combateu os colonizadores portugueses de 1964 à 1974 – que, apesar de ter sido uma luta justificável, já que os colonizadores não cederam a independência por vias pacíficas, não deixou de ser violenta. Em 1975 proclama-se a independência de Moçambique, mas em 1976 eclode um conflito armado entre a Frelimo e a Renamo (Resistência Nacional de Moçambique) que durou dezesseis anos, culminando com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), em Outubro de 1992. Este conflito dizimou milhões de vidas humanas e destruiu infraestrutura importantíssimas para o desenvolvimento do país como, por exemplo, escolas, hospitais, estradas, pontes, entre outras.

A assinatura do AGP trouxe esperança para os moçambicanos, na medida em que, se tinha aberto um caminho (particularmente com a constituinte de 1990 que introduz o sistema multipartidário, abrindo espaço para a possibilidade de surgimento de novos partidos) para a democratização do país. O AGP criou espaço para a transição de um sistema de partido único (a Frelimo) que caracterizou o período que se seguiu a proclamação da independência em 1975, para o pluripartidarismo. Um dos principais destaques neste período foi o desafio de criação de instituições democráticas que conduziu o país para a realização das primeiras eleições pluripartidárias, em Outubro de 1994.

Durante o período que se seguiu às primeiras eleições pluripartidárias de 1994, Moçambique viveu uma espécie de uma Democracia de ilusão na medida em que o discurso sobre a possibilidade de o país voltar a vivenciar situações de violência similares aos vivenciados durante o período anterior a assinatura do AGP estava

³ O nosso objetivo não é um exercício de explicação do conceito “violência”, mas mostrar que a história contemporânea de Moçambique é uma sequência de violência. A partir daí, traçamos um caminho que pensamos ser uma saída para a mitigação da violência.

sempre presente nos discursos das principais partes signatárias desse acordo, nomeadamente, a Frelimo e a Renamo.

Quando tudo indicava que finalmente se tinha alcançado um acordo definitivo para o fim da violência no país, eis que, após as eleições de outubro de 2014, uma nova vaga de conflito armado entre os dois principais signatários do AGP recrudescer, provocando uma onda de “tréguas” entre ambos que se arrastaram até um outro acordo de paz, desta vez denominado de *acordo de paz definitiva e reconciliação nacional*, assinado em Agosto de 2019.

Todo este cenário acima descrito demonstra que a história de Moçambique é uma história de violência. Poderíamos até chamar a violência como o mito fundador de Moçambique. E, os principais atores deste cenário ainda não conseguiram se desvincular deste mito fundador, conservando um poder real: por um lado a Frelimo controla o Poder desde o AGP, em 1992, e por via disso o controlo da Forças de Defesa e Segurança e, por outro lado, a Renamo mantendo um grupo de milícias armados, na altura do AGP, alegava-se a necessidade de proteger o seu líder. Esta situação alimenta um conflito armado latente com todos os elementos para brotar a qualquer momento. Este conflito armado latente nos conduz àquilo que denominamos de “tréguas tensas” uma vez que, não obstante terem acontecidos todos os acordos de paz acima apresentados, os moçambicanos continuam sentindo a presença da violência no seu dia a dia, quer através dos discursos políticos dos principais signatários desses acordos quer pelo fato de, esses signatários, serem partidos das armas na medida em que, ambos, continuam “de armas em punho” de tal forma que, a qualquer momento, podem desencadear um novo conflito armado que pode levar mais a um acordo que perpetua essas tréguas.

É importante sublinhar que este tipo de situações afetam de forma significativa a democracia que Moçambique pretende construir de tal forma que, não dá para afirmar Moçambique como uma democracia. A realização de eleições de forma frequente parece não ilibar o país desse rótulo de não democracia. Talvez em termos de procedimentos pudesse assim ser considerado democrático, atendendo ao fato de que as eleições ocorrem de forma frequente. Mas, se nós tivermos que pegar quatro critérios usados pela *Freedom House* para apurar se se trata de uma democracia

procedimental ou não, nomeadamente: (i) um sistema político multipartidário competitivo; (ii) sufrágio universal para todos os cidadãos adultos (com exceção das restrições impostas pelo Estado aos cidadãos por transgressões criminais); (iii) eleições competitivas regulares que garantem o voto secreto, seguro e sem qualquer tipo de fraude maciça que torne os resultados não representativos da vontade pública; (iv) acesso público significativo dos principais partidos políticos ao eleitorado a partir dos meios de comunicação e mediante campanha política aberta (TILLY, 2013), talvez tivéssemos que rever o conceito de democracia procedimental para o nosso contexto. Esses critérios, a serem concretizados, só seria possível através daquilo que Keane (2010) chama de democracia monitória, pois o que se está construindo, neste momento, é uma espécie de um novo sistema político que podemos designar de FreliRenamocracia⁴ que nos está conduzindo para uma “democracia de certezas”. A democracia monitória define-se pelo crescimento rápido de muitos tipos de mecanismos extraparlamentar, de escrutínio de poder. Parece uma boa proposta uma vez, este tipo de democracia, não se atrelar, apenas, à ideia de ocorrência com frequência de eleições⁵.

O nosso objetivo, neste texto, é tentar traçar uma ideia de uma democracia que, nos parece, pode dar certo para Moçambique e quiçá reduzir os níveis de violência que caracterizam o país. Como poderemos ver adiante, trata-se de um modelo de democracia que se preocupa menos com a frequência de eleições. Nisso, partimos de análise bibliográfica e da observação do nosso dia a dia da política no país para podermos estabelecer um caminho que nos pode ajudar a pensar no modelo de democracia que, que pode contribuir para diminuir a violência que tem caracterizado os processos políticos no país. Foram integrados, também alguns resultados da tese de um dos autores deste texto intitulada “Caminhos e descaminhos da democratização de Moçambique: democratização pacífica ou tréguas tensas” defendida em 2016. Buscamos defender a ideia de que, embora a construção do ideário de paz, a partir do AGP de 1992, seja anterior a constituição das instituições democráticas, é o fortalecimento das instituições democráticas e seu reconhecimento pelos partidos políticos que podem garantir essa manutenção da paz. Em outras palavras podemos dizer que, se em Moçambique se quer pensar sobre a consolidação

⁴Iremos explicar a lógica deste sistema no ponto que se segue.

⁵ Adiante iremos nos debruçar com mais detalhes sobre este tipo de democracia.

do que com o AGP se propôs construir (a democracia), significa haver uma necessidade de se repensar sobre todos os aspectos que criam conflitos (alguns deles que levaram o país às instabilidades que se vivem atualmente) sobre esse propósito, agregando-se valores e comportamentos que comungados por todos e não apenas valores e comportamentos de uma parte (Frelimo e Renamo⁶).

O texto está dividido, para além das considerações iniciais, em três partes. A primeira, na qual tentamos caracterizar o tipo de democracia que se está construindo no país; a segunda, onde apresentamos o conceito da democracia monitória uma vez pensarmos que pode ser a partir daqui onde se pode traçar um modelo ideal de democracia para Moçambique e; a terceira, onde apresentamos a nossa ideia sobre o tipo ideal de democracia para o país, nos questionando e apresentando argumentos de um possível caminho para a redução da violência que se vive no país.

Democracia de certeza & FreliRenamocracia

O ponto saliente é que numa democracia ninguém pode ter a certeza de que seus interesses sairão vencedores em última instância.

Adam Przeworski

Uma das premissas defendida por Przeworski (1984) é de que, em democracia, as forças ou atores envolvidas no processo são submetidas em luta titânica no sentido de efetivação dos seus interesses, na medida em que, nenhuma delas ou nenhum deles tem o seu interesse resguardado pelo simples fato de assumir uma posição no jogo: “todos devem submeter seus interesses à competição e à incerteza (PRZEWORSKI, 1984, p.37). O autor quer dizer em outras palavras que, a democracia se circunscreve a um pacto de “incertezas previsíveis”, portanto, não se pode saber com segurança o interesse que irá prevalecer, por exemplo, após um processo eleitoral. Dito de outra forma, não existe democracia em que imperam certezas.

Esta ideia torna análise da nossa democracia interessante. Quando olhamos para o nosso contexto, percebemos que a nossa democracia, os nossos processos eleitorais são processos pudes de certezas. Conseguimos construir, na nossa

⁶ Os valores e comportamentos destas duas partes subjazem na violência armada.

pequena história, uma democracia que podemos chamá-la de *democracia de certezas*, onde as queixas sobre o curso dos processos viraram uma cultura. Dessas certezas, podemos destacar sete: (i) que a Frelimo ganha em todos os processos eleitorais; (ii) que a Renamo vai contestar ou reclamar de manipulação e fraude dos resultados; (iii) que os dois partidos políticos signatários do AGP vão se reunir em encontros secretos, portanto, fora das instituições democráticas constituídas; (iv) que a sociedade civil assim como outros partidos políticos serão excluídos desses encontros ; (v) que as ditas instituições democráticas como a Assembleia da República, a Comissão Nacional de Eleições, entre outras irão ratificar os acordos saídos desses encontros secretos; (vi) que há sempre, depois desses processos, a possibilidade de ocorrência de conflitos armados que se alastrarão até às eleições seguintes, tornando os acordos apenas “tréguas tensas”; desaguando na inutilização dos acordos anteriores e; (vii) que a sociedade civil continuará silenciosa como de costume até que o caldo se entorne, ou por outra, até que surja um novo conflito.

Das certezas aqui elencadas, a que mais chama atenção e que merece uma certa análise é a que se refere ao ponto (v). Em 2011, Forquilha e Orre publicaram um texto com o título “*Transformações Sem Mudanças?*” *Os Conselhos Locais e o Desafio da Institucionalização Democrática em Moçambique* no qual se desdobram em análise das instituições democráticas moçambicanas. No texto, os autores evidenciam o fato de que, após as eleições gerais e multipartidárias, o processo de democratização de Moçambique ter sido considerado um caso de sucesso pelo fato de ter conseguido efetuar a passagem não só da guerra à paz, como também de um regime monopartidário para um regime pluripartidário para além de se ter evidenciado no processo de criação e consolidação de instituições democráticas.

Analisada a situação desta forma, talvez disséssemos que, na altura fosse interessante dizer que tínhamos consolidado as nossas instituições democráticas. Poucos sabiam, de fato, como as instituições democráticas funcionavam, pois as eleições de 1994 tinham dado algum sinal de anormalidade no funcionamento dessas instituições quando os dois partidos exigiam que, as mesmas, fossem compostas, nas posições chaves, por membros seus.

Experiências recentes mostram que maior parte dessas instituições consideradas democráticas, são, na verdade, putativas ou honoríficas na maioria das vezes parte dos problemas da democracia de certezas de que Moçambique padece ao ratificarem, frequentemente e com uma certa contumácia, decisões dúbias que tem conduzindo o país para as instabilidade frequentes como as mencionadas anteriormente, para além de colocar em dúvida o seu próprio funcionamento.

A lógica da pretensa democracia moçambicana não é institucional, ou seja, ela não funciona na base de instituições criadas para o efeito. Mas, numa lógica centrada para os dois principais partidos signatários do AGP. Dito de outro modo, logo depois do AGP, em Moçambique construiu-se um sistema político *FreliRenamocrático*⁷ que funciona numa lógica anti-instituições democrático, cabendo a estas, apenas, o papel de ratificar os acordos entre dois partidos que saem dos encontros secretos entre ambos. Em outras palavras podemos dizer que, as ditas instituições democráticas são meros coadjuvantes no processo de democratização de Moçambique.

Para Dalton, Shin e Jou (2007), a democracia exige mais do que uma compreensão do termo. As aspirações democráticas devem refletir os valores humanos mais profundos para o controle sobre a própria vida e da liberdade individual que são facilmente compreendidos por pessoas em todo o mundo. Esses valores atraem de uma forma natural as pessoas para a independência, liberdades e direitos que a democracia pode oferecer, sugerindo que, o esforço em educação pública parece conscientemente ligado aos procedimentos democráticos e ao seu potencial em produzir as liberdades que as pessoas desejam. Com o tipo de democracia que se está construindo em Moçambique é um pouco difícil encontrar estes elementos.

Mesmo analisada a democracia moçambicana a partir dos dados da *Freedom House*, é possível perceber a tenebrosidade em que a envolve. A *Freedom House* avalia a qualidade da democracia de um país a partir duas categorias importantes, nomeadamente, liberdade civis (CL – Civil Liberties) e direitos políticos (PR – Political Rights), numa escala 1 a 7, onde quanto menor for o índice maior é a qualidade da democracia, sendo que, os países que mais vezes realizaram eleições, também

⁷ A FreliRenamocracia seria um sistema político instalado em Moçambique que funciona na lógica dos interesses dos dois partidos signatários AGP.

tendem a ter uma melhor na classificação em CL e PR. Seria a frequência de eleições um procedimento determinante para se dizer que um determinado país tem uma democracia de qualidade? Olhando-se para o caso de Moçambique, cinco eleições presidenciais e legislativas ocorreram desde as primeiras realizadas em 1994, para além de, ao longo do tempo, ter-se incorporado, também eleições municipais (as primeiras em 1998) e para as assembleias provinciais (as primeiras em 2009). Terão estes acontecimentos tornado Moçambique uma democracia de qualidade?

Os dados da *Freedom House* indicam que das primeiras eleições, em 1994, às eleições de 2015, Moçambique sempre manteve o índice 3.5 (na fração de 4 em CL e 3 em PR). Quer dizer, em cinco *eleições não melhorou no que tange às liberdades civis, fato que se pode entender, pelo menos no intervalo 1994-1999*, já que se estava vivendo o princípio da transição política. Já em 2004 era suposto ter-se invertido este cenário. Em 2009 houve uma melhoria no índice liberdades cívicas passando de 4 para 3, mantendo-se invariável o índice direitos políticos. Nas eleições de 2015, o índice direitos políticos foi de 4 e liberdades civis de 3. Em ambos os casos a média manteve-se em 3.5. Como se pode ver, a frequência de eleições em Moçambique não melhorou os índices de qualidade de democracia. Por isso, não dá para considerar Moçambique uma democracias plena. Aliás, os dados da *Freedom House* de 2019 catalogam Moçambique, apenas, como *Partly Free* (parcialmente livre)⁸. Parcialmente livre porque estão em causa, na avaliação do país, todas as instabilidades que temos vindo a mencionar.

A nossa proposta é pensarmos um pouco na ideia de democracia monitória de Keane (2010) que parece oferecer elementos que podem ajudar para a construção de uma democracia sustentável. A parte que se segue do texto, ocupa-se em trazer algumas aproximações sobre a democracia monitória de Keane.

Democracia Monitória

⁸ Não queremos aqui julgar o mérito ou demérito dos dados da *Freedom House*. Mas, na verdade, carregam uma dose de verdade considerando a ideia que temos vindo a defender de que Moçambique é um construto de violência. Para mais informações veja: Political Rights and Civil Liberties: Freedom in the World 2019. Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2019/mozambique>. Acessado em: 02 de Outubro de 2019.

A democracia monitoria de Keane (2010) significa o nascimento de um novo tipo de democracia “pós-representativa”, diferente das democracias de assembleia e das representativas de tempos passados. Ela se define pelo crescimento rápido de muitos tipos de mecanismos extraparlamentar, de escrutínio de poder:

Esses corpos monitorios enraízam-se nas áreas “internas” do governo e da sociedade civil, bem como em cenários “entre fronteiras” outrora controlados por impérios, Estados e organizações empresariais. O controle central das eleições, dos partidos políticos e dos parlamentos sobre a vida dos cidadãos está enfraquecendo. A democracia está significando mais do que eleições, embora nada menos. Dentro e fora de estados, monitores independentes de poder começam a ter efeitos tangíveis. Ao colocar políticos, partidos e governos eleitos permanentemente sob alerta, eles complicam suas vidas, questionam sua autoridade e forçam-no a mudar suas agendas – e algumas vezes os levam a desgraça (KEANE, 2010, p. 619-620).

Os que defendem esta nova forma de democracia, segundo Keane, apontam a importância dela para resolver problemas básicos enfrentados pelas democracias contemporâneas como, por exemplo, o modo de promover sua atividade inacabada na busca de novos modos de vida democráticos para pessoas comuns em sociedades grandes e complexas, nas quais números substanciais de cidadãos acreditam que não se deve confiar facilmente nos políticos e nas quais os governos costumam ser acusados de abusarem de seu poder ou de ficarem fora de contato com cidadãos ou simplesmente de se mostrarem indispostos a lidar com suas preocupações e seus problemas. Ao apontar para essas preocupações, a democracia monitoria rompe com o domínio do princípio da regra da maioria – o culto dos números – associado à democracia representativa.

A importância de se abordar a democracia monitoria é que parece representar o mais alto nível da manifestação da independência, direitos e liberdades de que Dalton, Shin e Jou evocam. Entretanto, importa sublinhar nestas duas abordagens que, a democracia transcende os princípios dogmáticos que giram em torno dela. Ou seja, não se limita aos princípios universalmente estabelecido ou a mera consagração de direitos nas constituições, mas também ao que esses princípios democráticos significam para quem se deve beneficiar, assim como a outros mecanismos de monitoramento daqueles que detêm o poder. Também, não significa transplantar a ideia do Keane para a nossa realidade, mas ela pode ser adaptadas às

especificidades dos povos moçambicanos de forma que possamos construir um ideário ou modelo de democracia que possa dar certo.

Claro, o fim da violência não dependeria apenas das instituições monitorias, mas de outras variáveis que parecem contribuir para exacerbar a violência. Esta ideia justifica-se pelo fato de Moçambique ter se tornado um espaço de disputa entre diferentes potências mundiais devido às riquezas naturais e energética. Esta disputa entre essas diferentes potências pode atizar outro tipo de violência como, por exemplo, o terrorismo, como parece estar acontecendo no norte do país (província de Cabo Delgado) onde grupos armados desconhecidos têm semeado terror naquela região, assassinando brutalmente pessoas, saqueando e queimando casas dos habitantes locais. Dambisa Moyo (2012) aponta que, cerca de 80% de países ricos em recursos minerais e energéticos sofrem de instabilidade políticas onde podemos incluir conflitos armados. Os acontecimentos de Cabo de Delgado parecem mostrar que Moçambique, também, não se vai livrar fácil desta maldição⁹.

Paz ou democracia em Moçambique?

Keane no livro que temos vindo a citar, faz um questionamento interessante sobre a relevância da democracia, nos seguintes termos: “numa era que oferece muitos outros modos de manipulação do poder, indo desde acordos secretos atrás de portas fechadas aos punhos de bombas do poder brutal, não deveria a democracia ser apenas vista como um – dispensável – ideal entre muitos outros? (KEANE, 2010, p.750)”. Esta questão é bastante importante para se entender a ideia de democracia moçambicana. Primeiro porque permite questionar, olhando-se para o ambiente político pelo qual o país está passando, atualmente, se vale a pena o debate sobre democracia. E, segundo, se a democracia seria o caminho certo para o país por conta dessas manipulações que o ator evoca. Como indicamos anteriormente, a nossa pretensa democracia institucionalizou certezas do que qualquer outro sentido que possa levar à sua consolidação. São aspectos sobre os quais não vamos discutir o

⁹ Notícias recentes de vários órgão de comunicação social indicam que existem uma relação entre essa violência e o terrorismo. Uma notícia veiculada pela Agência Lusa, indicam o Estado Islâmico tem vindo a reivindicar os ataques que ocorrem naquela região do país. Vide: Estado Islâmico reivindica ataque que fez 10 mortos em Moçambique, <https://noticias.sapo.mz/actualidade/artigos/estado-islamico-reivindica-ataque-que-fez-10-mortos-em-mocambique>. Acessado: 01 de Outubro de 2019.

seu mérito neste trabalho, mas que vale a pena mencioná-los já que cabem muito bem na indagação do Keane.

O que parece certo pelos dados que são apresentados por alguns autores e agências de pesquisa sobre democracia, é que a democracia é algo desejado no país¹⁰. A pergunta que ressalta é como a garanti? Olhando para o histórico da ideia de democracia em Moçambique, percebe-se que ela já nasce inquinada. Ela começa excluindo a maioria de atores, principalmente, quem dela deveria se beneficiar: a população. A fuga do Dlhakama, nas vésperas das primeiras eleições pluripartidárias, em 1994, era sintoma de que essa democracia seria algo estranho. Embora o regime que se propôs construir com o advento do AGP tenha sido catalogado de democracia, o que se assistiu foi que, a despeito de um discurso voltado para a democracia, o que parece prevalecer de lá para cá é o discurso sobre a PAZ propagado quer pelos governantes, pela mídia quer pelas organizações da sociedade civil, assim como pela comunidade internacional sedado no país. Esta situação leva às seguintes indagações: Seria a discussão permanente sobre a PAZ pertinente para Moçambique? Mas que tipo de Paz (paz eterna, paz pela lei, paz pela força, paz de terror)? E a ideia da democracia implantada a partir do AGP?

Se de 1992 a 1994 fazia sentido repetir-se esse discurso, já que as ameaças do rompimento do pacto de outubro de 1992 eram iminentes e possíveis de se concretizar, parece que de 1994 para cá esse discurso não faz mais sentido. Pois, tal como Forquilha & Orre (2011) e Brito (2014), assinalam, as eleições de 1994 vieram permitir uma maior abertura do espaço político e a criação e consolidação de novas instituições democráticas. Quer dizer se se aceitou a implementação da democracia no país, a consolidação da mesma é que vai permitir a administração das conquistas do pacto de 1992, uma delas que é a PAZ, não obstante ela ser anterior a implementação da democracia.

Queremos dizer com isto que, enquanto no país se focar mais na ideia da paz provavelmente não vá ser possível discutir a consolidação da democracia, pois, é a

¹⁰ Para mais detalhe vide CUCO, A.F. Caminhos e descaminhos do processo de democratização de Moçambique: democratização pacífica ou trégua tensa? [Tese de doutorado]. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UFRGS), 2016. 123f. p.43-46; <http://www.afrobarometer.org/results/results-by-country-a-m/mozambique>. Acessado em 09 de junho 2014.

consolidação das instituições democráticas que permitirá que a paz se efetive quando todos os partidos políticos moçambicanos perceberem que a política não se faz com as armas, mas dentro de determinadas regras e normas que não transcendem essas instituições. No contexto moçambicano, discutir “paz” parece complicado na medida em que sempre nos remeterá ao AGP. O AGP, embora tenha trazido a tal paz, não é nele em que os moçambicanos se devem rever. Primeiro, porque ele remete a uma ideia fictícia de que a estabilidade do país depende apenas de uma boa relação entre a Frelimo e a Renamo e por via disso a população se afasta do processo. Segundo, o AGP acomoda apenas o interesse das duas partes, por essa razão que quando as duas partes colocam em causa os interesses uma da outra, há um conflito.

Por sua vez, isso significa colocar os destinos de Moçambique única e exclusivamente nas mãos dos interesses desses partidos. E o que esses partidos ensinaram desde o AGP é o não respeito às instituições democráticas que eles mesmo criaram; é a não inclusão de outros atores nas principais decisões sobre o poder político no país. Discutir paz é colocar os interesses da maioria dos moçambicanos refém dos interesses desses dois partidos políticos. Se se está a dizer que a democratização é a submissão de todos os interesses à competição da incerteza institucionalizada; que o poder deve ser transferido de um grupo de pessoas para um conjunto de regras, então, é necessário que se faça *jus* a estes princípios para que se vislumbre um caminho para uma possível consolidação de democracia no país.

Entretanto, não estamos a dizer aqui que a consolidação da democracia seja solução para as instabilidades e violência que o país vive. Mas sim, que pode ser um caminho para o alcance deste desiderato. Aliás, como o próprio Keane sublinha, não se pode alimentar a ilusão de que a democracia seja amante da “paz”, por exemplo. Quantas democracias no mundo não entraram em guerra uma contra outra democracia em nome da paz?

Os conflitos armados que vitimam moçambicanos são promovidos em nome dessa paz. Como alegam alguns dirigentes moçambicanos, embora esteja a acontecer o conflito armado, “o país está estável porque as instituições democráticas funcionam”. Estes são alguns paradoxos que mostram que a democracia pode não

ser sinônimo de amor a paz como em algum momento se pode conceber. Embora o país viva sobre o manto de democracia, a possibilidade de o tal ideal da paz (ausência de confrontos armados) puder ser posto em causa a qualquer momento é real.

De forma resumida, é possível dizer que não é com a paz que se tem democracia. Ela tem que ser consequência da consolidação das instituições democráticas. Em guerra nenhuma instituição se pode consolidar senão as instituições que perpetuam a violência como, por exemplo, as forças militares e policiais. E isso só será possível quando os moçambicanos enxergarem a importância da sua participação ativa na política no país (como se poderá ver a seguir) dentro do exercício das liberdades e direitos resultantes do ideal democráticos que vem sendo pregados desde o AGP e que muitos autores pregam, ao exemplo do que se vem trabalhando nesta parte. A participação na política pode ser a única forma de frear os dois partidos e os líderes belicosos, quiçá traçar-se o caminho para uma estabilidade democrática no país. Discutir paz, continuará a remeter à ideia do AGP, que é um acordo que remete por sua vez ao passado da violência no qual o centro é a Frelimo e a Renamo. Manter essa discussão nesses moldes tenderá a perpetuar a ideia de que só a Frelimo e Renamo podem salvar o país do caos.

Participação política & democracia monitoria

Pretendemos mostrar, nesta parte, que outra via importantíssima que pode abrir um caminho para uma possível consolidação da almejada democracia em Moçambique, é a participação da população em todos os processos políticos e no monitoramento das ações levadas a cabo pelos governantes. O argumento é de que, não se faz democracia sem a participação ativa da população. Ou seja, que a participação da população não deve se limitar, apenas, aos processos eleitorais. Tratando-se de uma democracia ainda não consolidada a participação da população é importante para conferir uma certa legitimidades aos governantes assim como aos processos políticos.

Para Seligson e Booth (2009), a essência de democracia, seguindo-se o sentido etimológico da palavra, assim como dos clássicos da teoria de democracia, é

a participação do cidadão na comunidade política, ficando por definir o seu grau de participação, uma vez que há um grande debate entre teóricos no que tange ao significado de participação em menor ou maior graus em questões políticas. Esse debate, para os autores (sobretudo no que se concerne ao medo de menor ou maior grau de participação)¹¹ é importante porque leva a um outro debate referente à questão da legitimidade. Para os autores, a legitimidade é central para a estabilidade democrática:

A legitimidade, certamente tem um grande significado em novas democracias ou democracias não consolidadas [...]. Um alto grau de apoio ao sistema político (comunidade, regime, instituições e desempenho) deve gerar comportamentos e atitudes de nível micro que fortalecem regimes democráticos, enquanto baixa legitimidade gera fraqueza a esses regimes (SELIGSON & BOOTH, 2009, p. 145).

Na mesma linha, Baquero (2003) afirma que, pensar em democracia implica trazer as pessoas para a esfera pública, o que depende da capacidade do Estado e de suas instituições de aceitar e valorizar essa participação, pois, para o autor, uma democracia sem políticos ou cidadãos democráticos está fadada ao fracasso. Sendo que, não é a simples existência de instituições democráticas criadas de cima para baixo que garante a estabilidade política, e, menos ainda, a justiça social:

“A menos que os cidadãos tenham fé nessas instituições e envolvam-se em atividades de auto-governança, a democracia enquanto conceito e enquanto prática pode tornar-se algo destituído de significado, usado para legitimar práticas autoritárias e de corrupção institucionalizada, pois a cidadania social não se faz presente (BAQUERO, 2003, p.84)”.

Assim, a participação em maior ou menor grau do cidadão no espaço público é determinante para a estabilidade, consolidação democrática e conferir legitimidade aos que governam o país. Sendo assim, parece importante tentar estabelecer, nesta parte, uma relação entre a participação da população na democracia em Moçambique e a sua estabilidade.

¹¹ Existem autores que temem a maior participação do cidadão na democracia, na medida em que, ela pode criar dificuldades para o Estado gerenciar ou responder de forma eficaz as suas demandas, e, assim, prejudicar a estabilidade política ou produzir má política. Ao passo que, outro sublinham que, uma menor ou baixa participação pode causar problemas de legitimidade, muitos protestos, baixo capital social e político de apoio a saúde da democracia (SELIGSON & BOOTH, p. 2009).

Para Gomes (2005), uma democracia que satisfaça aos requisitos básicos de participação democrática, deveriam estar presentes, num nível socialmente relevante, (i) um volume adequado de conhecimento político estrutural e circunstancial, um estoque apropriado de informações não-distorcidas e relevantes, suficientes para habilitar o cidadão a níveis adequados de compreensão de questões, argumentos, posições e matérias relativas aos negócios públicos e ao jogo político; (ii) possibilidade, dada aos cidadãos, de acesso a debates públicos já começados e possibilidade de iniciar novos debates desta natureza, onde a cidadania deveria exercitar a oportunidade de envolver-se em contraposições argumentativas, de desenvolver os seus próprios argumentos, de envolver-se em procedimentos deliberativos no interior dos quais pode formar a própria opinião e decisão políticas; (iii) meios e oportunidades de participação em instituições democráticas ou em grupos de pressão - mediante ações como voto, afiliação, comparecimento a eventos políticos ou através de outras atividades políticas nacionais ou locais e; (iv) habilitação para e oportunidades eficazes de comunicação da esfera civil com os seus representantes (em níveis local, nacional ou internacional) e para deles cobrar explicações e prestação de conta.

A participação nos moldes em que este autor coloca, pressuporia que os governos eleitos estejam respeitando os direitos e liberdades individuais como princípios que legitimam os seus regimes democráticos; que os governantes estão comprometidos com a causa da democracia que se consubstanciaria no respeito à essas liberdades e direitos dos cidadãos defendidos por Dalton, Shin e Jou. Porque do contrário têm-se regimes democraticamente fracos e tendentes ao autoritarismo, sentido para o qual parece caminhar a democracia moçambicana com todos os elementos explicativos sublinhados anteriores. É justamente neste sentido em que a ideia de democracia monitória do Keane se torna relevante para se olhar a questão de participação política no contexto moçambicano.

Keane mostra no seu livro *Vida e Morte da Democracia* que, existe uma relação entre ter uma população que participa nos processos políticos de forma enérgica e a melhoria da qualidade da democracia. Esse é o caso da Índia. Com a derrota, por exemplo, da lei marcial na Índia, principalmente no início dos anos 80, houve um surgimento em massa de iniciativas cívicas que vieram dar uma nova forma de se

fazer política e influenciaram na geografia política indiana. Essa mudança coincidiu com um aumento galopante no número das organizações não governamentais e a visibilidade pública da mulher, sem ser apenas uma questão da classe média. Nesse sentido,

A geografia política indiana foi ainda alterada por novas iniciativas voltadas para a defesa do ambiente ou para remodelar o curso do desenvolvimento econômico. Grupos organizados em níveis locais e regionais começaram a exigir a oportunidade de se manifestar em decisões que anteriormente [...] eram monopolizadas por planejadores, economistas e cientistas, atrás de portas fechadas. A industrialização descontrolada e o crescimento econômico de repente tornaram-se controversos; grupos da sociedade civil assumiram o cuidado de questões variando desde o crescimento desregulado de centros de cultivo de camarões espalhados pela costa indiana ao tráfico excessivo em Délhi e aos danos ao Taj Mahal causados pela poluição de uma refinaria de petróleo (KEANE, 2010, p. 564)

Essas instituições monitoriais para além de representarem vários papéis, também, são instituições comprometidas em fornecer ao público, pontos de vistas extras e informações melhores sobre as operações e o desempenho de vários órgãos governamentais e não governamentais. Para Keane, estas instituições monitoriais não devem ser confundidas com mecanismos de vigilância de cima para baixo que operam em segredo para fins privados de organizações do governo ou da sociedade civil. Trata-se de mecanismos organizados para a definição, o escrutínio e a aplicação de padrões públicos e regras éticas para prevenir a corrupção ou o comportamento impróprio dos responsáveis pela tomada de decisões, não apenas na área do governo eleito, mas numa ampla variedade de cenários não governamentais. Essas instituições monitoriais são, em maior grau, definidas pelo seu compromisso geral de fortalecer a diversidade e a influência das vozes e as escolhas dos cidadãos em decisões que afetam suas vidas – *não importando o resultado das eleições*.

Neste trabalho, enxergamos os mecanismos monitoriais como um caminho que pode contribuir para melhorar a qualidade da democracia em Moçambique bem como frear determinados comportamentos dos líderes políticos que põem em causa os princípios básicos que norteiam Estados considerados democráticos. Entretanto, determinados fatores têm atuado em desfavor de surgimentos de mecanismos

monitórios que permitam ações tendentes a contribuir para a preservação do ideal democrático. O primeiro desses fatores é aquilo que se pode considerar de *cultura política de passividade* e, o segundo, de *autopolicimento de ideias*.

No que se refere ao primeiro fator, contrariamente à ideia de cultura política autoritária defendida por Macamo (2014), o que se assiste em Moçambique, é uma cultura política de passividade que se herda do medo e da violência armada de que os moçambicanos foram sujeitos desde as guerras de resistência, passando pela ocupação colonial, à guerra civil, como nos referimos no início. A memória dos efeitos da guerra da civil, em particular, continua presente na maioria dos moçambicanos. É que mesmo com o advento do AGP e a introdução da ideia de democracia no país (como se sublinhou anteriormente), quer a Frelimo (no governo) quer a Renamo mantiveram, ao longo do tempo, um discurso que mostrava que era possível a reedição de eventos similares aos ocorridos durante os dezesseis anos da guerra civil. Esses discursos foram contribuindo para manter vivo, na memória de muitos, o trauma que esses eventos causaram nas pessoas, ao mesmo tempo, para cimentar a ideia de que só a Frelimo e a Renamo são as únicas figuras da política no país e que nenhum outro grupo pode desafiar os dois. O medo de que o conteúdo desses discursos pudesse se concretizar, foi fazendo com que as pessoas se abstivessem de participar nos processos políticos de forma ativa. Podemos dizer que, o trauma provocado pelos conflitos armados, associado aos discursos dos dois principais signatários do AGP gera medo e por sua vez, esse medo conduz a uma participação passiva nos processos políticos. Essa passividade está virando uma cultura política no país.

O autopolicimento de ideias, na verdade, é um conceito que se construiu a partir da ideia de Orwell (2013) de *polícia de ideia*, que controla todo o pensamento contrário ao permitido pelos governantes. Ou seja, a liberdade de pensamento é considerada crime. Durante o período de 1975 a 1990 em que Moçambique viveu sob o regime de partido único, não era permitido o livre pensamento ou exprimir um pensamento que fosse contrário aos ideais do partido Frelimo¹². Existia um serviço

¹² A polícia de ideias em Moçambique durante este período era denominada de Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP) e era diretamente monitorada pelo Presidente da FRELIMO que ao mesmo tempo era o presidente da república. Ela foi criada pelo Decreto-Lei n.º 21/75 de 11 de Outubro.

secreto, na altura, que se dedicava às mentes contrárias aos projetos da Frelimo. E isso estava patente nos discursos de altos representantes do partido como este que se segue proferido pelo primeiro presidente de Moçambique, Samora Machel, a 5 de novembro de 1981:

O treino político-militar era a forja da unidade nacional, do pensamento comum, da consciência patriótica e de classe. Entrávamos lá macondes, macuas, nianjas, nhúngués, manicas, changanas, ajáuas, rongas ou senas, saíamos moçambicanos [...]. Destruímos os valores negativos, os valores reacionários. Aprendíamos a assumir os hábitos, o comportamento do militante da Frelimo ((Samora Machel, de 05 de novembro de 1981, p.7)¹³.

Maior parte dos que tentaram pensar livremente durante este período foram considerados reacionários, inimigos do povo e enviados para campos de reeducação (gulag) bem longe das suas regiões de origem¹⁴. Muitas pessoas, no país, ainda continuam com a memória deste passado, presente nas suas mentes. Afinal, passam apenas, quase duas décadas e meias desde que estes eventos aconteceram e muitas pessoas que viveram estes momentos, maior parte delas, continuam vivos. E mesmo com a implementação da pretensa democracia e a consagração da liberdade de expressão ainda há muita gente que teme discutir política. Ou seja, ainda há um autopolicimento de ideias. As pessoas não se expressam livremente com o medo de que, talvez, no seio delas haja um polícia de ideias que pode comprometer as suas vidas por causa dos seus pronunciamentos políticos.

Durante o período da vigência do regime do partido único, o pensamento político estava voltado à exaltação dos feitos da FRELIMO como movimento que liderou a luta de libertação nacional. Isso era possível perceber a partir dos trabalhos de natureza acadêmico, jornalísticos ou ainda nas artes. Entretanto, no princípio dos anos 90, rompe-se com esse paradigma, abrindo espaço para aquilo que se pode considerar o pensamento político contemporâneo em Moçambique, que vem dominando estes últimos anos. Com o seu livro *Por uma dimensão moçambicana de*

Dentre várias atribuições, uma delas era combater a subversão e todas as formas lesivas da Unidade Nacional e do processo revolucionário em curso.

¹³(1981), "FRELIMO - O Povo não pode ser intimidado", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84886 (2016-11-20).

¹⁴ Mais detalhes sobre este período podem ser encontrados em: THOMAZ, Omar Ribeiro. "Escravos sem dono": a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2008, V. 51 Nº 1, p. 177-214.

consciência história, publicado em 1992, meses antes da assinatura do AGP, Ngoenha inaugura uma nova era na qual já se podia fazer uma análise crítica ao próprio partido Frelimo e, até então grupo de insurreição, Renamo. Essa visão acabou causando um efeito cascata, propagando-se até às artes. Anos depois surgiu a chamada mídia independente com destaque para a Mediacoop – Jornalistas Associados Sarl uma cooperativa livre de jornalistas que aglomerou jornais como o Savana, o Mediafax e o Metical que produziram um impacto significativo na forma de se pensar política, na altura, em Moçambique. Entretanto, é necessário sublinhar que, o tal impacto surgiu do fato de que era novidade até aquele momento pensar diferente das estruturas do poder no país. Mas, em termos de influência na tomada de decisões políticas, de forma temerária, pode se dizer que talvez não tenham influenciado tanto assim aos centros de decisão.

Outro ponto importante que vale a pena ser mencionado, é que os principais movimentos sociais que poderiam influenciar de forma significativa aos centros de decisões de políticas estão atrelados aos dois principais partidos políticos. São exemplo disso, a Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM – central sindical), a Organização de Mulheres Moçambicanas (OMM) a Organização das Juventude Moçambicana, este atrelado ao partido no poder, a Frelimo e, a Liga Juvenil e a Liga Feminina, ambas atreladas à Renamo. Outros movimentos sociais que poderiam influenciar de forma significativa são a Liga dos Direitos Humanos de Moçambique e o Parlamento Juvenil, consideradas organizações de sociedade civil. Mas, as duas sofrem da mesma síndrome da Frelimo e a Renamo: tudo-econômico¹⁵, não transmitindo confiança para a maioria dos moçambicanos. Daí que, mesmo que convoquem manifestações “pacíficas” com vista a influenciar uma determinada decisão política não encontrem aderência, justamente por adotarem o mesmo tom agressivo típico das lideranças dos principais signatários do AGP quando se apresentam perante a mídia.

¹⁵Refere-se a ideia de que o acesso ao poder é sinônimo do acesso ao controle da economia. Os partidos políticos estariam direcionando os seus esforços para a materialização desse desiderato e não para resolver as demandas da maioria. Para mais detalhes: CUCO, A.F. Caminhos e descaminhos do processo de democratização de Moçambique: democratização pacífica ou trégua tensa? [Tese de doutorado]. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UFRGS), 2016. 123f.

Na verdade, não é esta forma de agir que se deve esperar de uma instituição monitória, mas sim, um agir que mostre, de alguma forma, um certo compromisso em influenciar os governantes para tomar decisões melhores, e não olhar para o governo como inimigo.

No entanto, para se ultrapassar os fatores que foram apresentados como contribuindo para existência de fracas instituições monitórias, nomeadamente, cultura política de passividade e o autopolicamento de ideias, tudo passa por ruptura com os medos. Diz Russell (2013) em *No que acredito* que, as pessoas carregam no fundo das suas mentes, um medo aterrorizante da ruína e isso faz com que elas se sujeitem ou sujeitem seus potenciais inimigos. E para se combater o medo nada mais se faz senão aumentando a segurança e cultivando a coragem, pois na medida em que as pessoas são dominadas pela esperança do que pelo medo, aumentam as chances de projeção. O que significa que, os moçambicanos precisam vencer todos os seus traumas, todos os seus medos e perceber que eles também são um ator importante na política no país, e que podem influenciar profundamente nas decisões tomadas pelos governantes e promover mudanças significativas que podem tornar a democracia algo possível, quiçá diluir o “mito fundador de Moçambique”, a violência.

Considerações finais

Analisadas, neste texto, os fatores que consideramos confundirem a história contemporânea de Moçambique com a violência, o que expressamos é o nosso pessimismo quanto à possibilidade de redução dessa violência, particularmente, a violência armada. Por um lado, porque a Renamo continua um partido militarizado e infligindo ataques armados esporádicos o que mantém vivo o sentimento de insegurança no país. Mas, por outro lado, como bem dissemos, Moçambique tornou-se um espaço de disputa entre diferentes potências mundiais devido às riquezas naturais e energética, uma disputa que no lugar de levar ao crescimento econômico e desenvolvimento, parece nos conduzir para uma nova onda de violência a avaliarmos pelos eventos que estão tomando de assalto uma parte da província de Cabo Delgado. Agora, a questão que ressalta é: e a nossa proposta de democracia monitória como é ela que fica?

A verdade é que, uma democracia construída debaixo de “violências cíclicas” dificilmente permitirá a existência de instituições monitorias; dificilmente permitirá uma população que participa nos processos políticos de forma enérgica, como advoga Keane (2010) porque todo o exercício do poder parece constituído no sentido de evitar a emergência de grupos ou movimentos que fazem jus ao exercício de cidadania constitucionalmente aceite. Um exemplo disso que estamos a dizer tem a ver com a liberdade de reunião e manifestação. A constituição da República de Moçambique concede aos seus cidadãos através do artigo 51 o direito à liberdade de reunião e manifestação. Entretanto, a lei n.9/91, de 18 de julho que regula esse direito, ao mesmo tempo limita esse direito ao condicionar o exercício, no seu número 07, à comunicação ao governantes, que por sua vez tem o direito de proibir a reunião ou manifestação desde que fundamentem. Se a manifestação for contra alguma decisão desse governante que tem o direito de autorizar a ocorrência da manifestação, como se justificaria pedir autorização para se manifestar a quem se pretende manifestar contra? Qual a probabilidade dessa manifestação ser autorizada? Seria o direito de reunião e manifestação um direito ou não direito? Nestas condições é um pouco difícil materializar uma democracia monitoria.

Artigo recebido em 7 out. 2019.

Aprovado para publicação em 9 dez. 2019.

Referências Bibliográficas

BAQUERO, M. *Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 21, nov. 2003, p. 83-108.

BOOTH, J. A.; SELIGSON, M. A. *The Legitimacy Puzzle in Latin America: Political Support and Democracy in Eight Nations*. New York, Cambridge University Press, 2009.

BRITO, Luís. Uma Reflexão Sobre o Desafio da Paz em Moçambique. In: BRITO, Luís de et al. *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo, IESE, Julho de 2014

CUCO, A.F. *Caminhos e descaminhos do processo de democratização de Moçambique: democratização pacífica ou trégua tensa?* [Tese de doutorado]. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UFRGS), 2016. 123f. p.43-46.

DALTON, R. J. SHIN, D. C. JOU. W. *Understanding Democracy: Data from Unlikely Places*. Journal of Democracy Volume 18, Number 4 October 2007, p.142-156.

Estado Islâmico reivindica ataque que fez 10 mortos em Moçambique. 29 set 2019. 09:22. Disponível em: <https://noticias.sapo.mz/actualidade/artigos/estado-islamico-reivindica-ataque-que-fez-10-mortos-em-mocambique>. Acessado em 30 de Setembro de 2019.

FORQUILHA, S. C; ORRE A. “Transformações Sem Mudanças?” Os Conselhos Locais e o Desafio da Institucionalização Democrática em Moçambique. In: BRITO, Luís de (org.), et al. *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo, IESE, Março de 2011

FRELIMO (1981) - *O Povo não pode ser intimidado*", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84886. (2016-11-20).

GOMES, W. *Internet e Participação Política em Sociedades Democráticas*. COMUNICAÇÃO DIGITAL. Revista FAMECOS. Quadrimestral. Porto Alegre nº 27. Agosto 2005.

KEANE, J. *Vida e Morte da Democracia*. São Paulo, Editora 70. 2010.

MACAMO, E. Cultura Política e Cidadania em Moçambique: Uma Relação Conflituosa. In: BRITO, Luís de et al. *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo, IESE, Julho de 2014.

ORWELL, G. *Politics and the English Language*. 1947. Disponível em: <http://entenbook.com/pdf~551db6f7939734b40e8b456e>. Acessado em: 30 de julho 2015. (p.132-133).

_____. 1984. São Paulo, Editora Companhia de Letras. 2013.

Political Rights and Civil Liberties: Freedom in the World 2019. Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2019/mozambique>. Acessado em: 02 de Outubro de 2019.

PRZERWORSKI, A. *Ama a Incerteza e Serás Democrático*. Novos Estudos, N.º 9, São Paulo, 1984, p36-46

RUSSEL, B. *No que Acredito*. Porto Alegre, L&PM Pocket. 2013.

THOMAZ, Omar Ribeiro. “Escravos sem dono”: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. Revista de Antropologia, SÃO PAULO, USP, 2008, V. 51 Nº 1, p. 177-214.

TILLY, C. *Democracia*. Rio de Janeiro, Editora Vozes. 2010.